

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Auditor Estadual de Controle Externo**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). No estudo de caso, esses valores corresponderão a **20,00 pontos** e **1,00 ponto** respectivamente.

QUESTÃO 1

O controle interno auxilia as entidades a alcançar objetivos importantes e a sustentar e melhorar o seu desempenho. Desenvolver e implementar um sistema de controle interno eficaz pode ser desafiador; operar esse sistema com eficácia e eficiência no dia a dia pode ser assustador.

Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) –
Controle interno – Estrutura integrada – Sumário executivo. Durham: 2013.

Considerando que o texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que contenha a definição e a relação com a estrutura integrada do sistema de controle interno dos seguintes itens:

- 1 ambiente de controle; [valor: 1,90 ponto]
- 2 avaliação de riscos; [valor: 1,90 ponto]
- 3 atividades de controle; [valor: 1,90 ponto]
- 4 informação e comunicação; [valor: 1,90 ponto]
- 5 atividades de monitoramento. [valor: 1,90 ponto]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Um agente público autorizou a realização de convênio com o objetivo de incentivar o turismo no estado da Bahia. Após a implementação do convênio, verificou-se que o ato havia gerado prejuízo de R\$ 200.000 aos cofres públicos locais. Em razão disso, foi ajuizada ação civil pública fundamentada em ato de improbidade administrativa e instaurada tomada de contas administrativa para apurar irregularidades e o débito. Em ambos os procedimentos, observadas as peculiaridades do caso, sustentou-se que houve enriquecimento ilícito do agente e dano ao erário. Na defesa apresentada na esfera judicial, o requerido informou que, ao contrário do que foi narrado na petição inicial, não ocorreu o dano ao erário, o que afastaria, conseqüentemente, a imputação de enriquecimento ilícito. Quanto à tomada de contas administrativa, em defesa, o agente alegou que já havia ocorrido a condenação judicial na ação de improbidade, razão pela qual estaria configurado o *bis in idem* caso se estabelecesse nova condenação de ressarcimento ao erário no procedimento do TCM/BA.

Com base na situação hipotética apresentada, redija, de modo fundamentado, um texto dissertativo acerca das alegações apresentadas pelo agente público nas esferas judicial e administrativa. Ao elaborar o seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 possibilidade de condenação judicial do agente público por ato de improbidade que gerou enriquecimento ilícito, mesmo que tivesse sido comprovada a inexistência de dano ao erário, bem como a relação desses atos de improbidade com o dolo e a culpa; **[valor: 4,50 pontos]**
- 2 viabilidade da alegação do agente público quanto à ocorrência de *bis in idem*; **[valor: 2,50 pontos]**
- 3 procedimento a ser adotado pelo agente público na hipótese de condenação à reparação de danos tanto na via administrativa quanto na judicial. **[valor: 2,50 pontos]**

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

ESTUDO DE CASO

A população de determinada cidade do interior do Brasil há tempos vem manifestando insatisfação com a atuação do prefeito: ruas esburacadas, falta de saneamento básico, educação e saúde precárias são algumas das reclamações. A prefeitura, desacreditada por grande parte da população, que questiona a capacidade ou as boas intenções dos gestores no tocante à aplicação adequada dos recursos públicos, alega que não dispõe de recursos para satisfazer todas as necessidades da população, o gasto público está elevado e as contas públicas municipais fecharam o ano de 2017 com saldo negativo. A situação atual da prefeitura espelha nos gestores públicos grande inquietação nos aspectos que dizem respeito à inexistência de um controle mais eficiente.

Diante da situação hipotética apresentada, responda, de forma justificada, com base na legislação vigente, aos seguintes questionamentos.

- 1 De que maneira o controle interno pode ser utilizado como instrumento que permita assegurar o bom gerenciamento dos recursos públicos no município em questão? [valor: 10,00 pontos]
- 2 De que forma pode o sistema de controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional? [valor: 9,00 pontos]

ESTUDO DE CASO – RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

ESTUDO DE CASO – RASCUNHO – 2/2

26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	